

# Gestão de Energia e Legislação

Sistema de Gestão de Consumos Intensivos de Energia – SGCIE (Decreto – Lei 71/2008, de 15 de Abril)

# SGCIE

- ❑ Objetivo
  - ❑ Promover a eficiência energética e monitorizar os consumos energéticos de instalações consumidoras intensivas de energia
- ❑ Âmbito de aplicação
  - ❑ Instalações que tenham registado no ano anterior um consumo superior a 500 tep
  - ❑ Não se aplica a instalações abrangidas pelo RCCTE (Regulamento das Características de Comportamento Térmico de Edifícios) e RSECE (Regulamento de Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios), exceto nos casos em que os edifícios se encontrem integrados na área de uma instalação CIE
  - ❑ A todas as instalações não abrangidas nos pontos anteriores, mas que ainda assim pretendam, voluntariamente, celebrar acordos de racionalização do consumo de energia

# SGCIE



# SGCIE

- ❑ Organização e funcionamento
  - ❑ DGEG: supervisão e fiscalização do funcionamento do SCGIE
  - ❑ DGAIEC: concessão e controlo das isenções dos ISP
  - ❑ ADENE: gestão operacional do SCGIE, nomeadamente:
    - ❑ Assegurar o funcionamento regular do sistema
    - ❑ Organizar e manter o registo das instalações CIE;
    - ❑ Receber os PREn submetendo-os à aprovação da DGEG;
    - ❑ Acompanhar a atividade dos operadores e técnicos

# SGCIE

- ❑ Obrigações do Operador que explore as instalações CIE
  - ❑ Promover o registo das instalações;
  - ❑ Efetuar AE que avaliem os aspetos relativos à promoção do aumento global de eficiência energética podendo, igualmente, incluir aspetos relativos à substituição de fontes de energia por EAR;
  - ❑ Elaborar Planos de racionalização de Consumos de Energia (PREn) com base nas auditorias;
  - ❑ Executar e cumprir os PREn aprovados sob a responsabilidade técnica de um técnico credenciado
  - ❑ Excetuem-se destas obrigações Operadores que explorem instalações CIE sujeitas ao PNALE (Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão)

# SGCIE

## ☐ Registo

- ☐ O registo da instalação CIE processa-se mediante declaração *online* no *site* da ADENE ([www.sgcie.pt](http://www.sgcie.pt))
- ☐ Elementos necessários:
  - ☐ Identificação completa do declarante;
  - ☐ Identificação CAE da atividade em que se insere a instalação;
  - ☐ Localização da instalação;
  - ☐ Memória descritiva sucinta da mesma, consumo anual de energia do último ano, data do licenciamento e respetiva entidade licenciadora;
  - ☐ O registo é promovido no prazo de quatro meses contados do final do primeiro ano em que a instalação atinja o estatuto de CIE
  - ☐ O operador deverá promover à extinção do registo se a instalação deixar de preencher os requisitos de CIE

# SGCIE

## ☐ Auditorias Energéticas

### ☐ É obrigatória a realização de auditorias energéticas:

- ☐ Nas instalações com consumos anuais de energia compreendidos entre os 500 e os 1000 tep/ano, com uma periodicidade de 8 anos (a primeira deve ser realizada no prazo de 1 ano após o registo);
- ☐ Nas instalações com consumo de energia igual ou superior a 1000 tep/ano, com uma periodicidade de 6 anos (a primeira deve ser realizada no prazo de 4 meses após o registo);
- ☐ Nestas devem ser recolhidos os elementos necessários à elaboração dos PREn;

# SGCIE

## ☐ PREn

- ☐ Elaborado com base nos resultados das AEs. Deve prever a implementação, no prazo de 3 anos, de todas as medidas com PRI não superior a 5 anos ( $CIE \geq 1000$  tep/ano) ou PRI  $\leq 3$  anos ( $500 \leq CIE \leq 1000$  tep/ano)
- ☐ O PREn deve estabelecer metas relativas à intensidade energética e carbónica:
  - ☐ Intensidade energética, IE: quociente entre o consumo total de energia e o valor acrescentado bruto, VAB, das atividades empresariais;
  - ☐ Consumo específico, CE: quociente entre o consumo total de energia e o volume de produção
  - ☐ Intensidade carbónica, IC: quociente entre as emissões de GEE resultantes das várias formas de energia no processo produtivo e o consumo total de energia



# SGCIE

## ☐ PREn

### ☐ Metas:

- ☐  $\geq 4\%$  da IE e CE num prazo de oito anos ( $CIE < 1000$  tep/ano);
- ☐  $\geq 6\%$  da IE e CE num prazo de 6 anos ( $CIE \geq 1000$  tep/ano);
- ☐ No mínimo a manutenção dos valores históricos da IC

## ☐ Aprovação do PREN

- ☐ O PREn é aprovado à ADENE nos 4 meses seguintes ao vencimento do prazo para a realização da AE
- ☐ Se o PREn estiver devidamente instruído, a ADENE, no prazo de 5 dias submete-o à aprovação da DGEG, acompanhado do relatório da AE
- ☐ A ADENE renuncia-se em 30 dias

# SGCIE

## ☐ Aprovação do PREN

- ☐ No caso do PREn não permitam a satisfação das metas a aprovação do PREn carece da realização de nova AE (por técnico que não tenha realizado o PREn, da responsabilidade da ADENE). Neste caso a ADENE renuncia-se em 60 dias.
- ☐ Uma vez aprovado o PREn denomina-se de Acordo de Racionalização de Consumos de Energia (ARCE)

## ☐ Controlo de execução e progresso do ARCE

- ☐ O operador deve comunicar à ADENE, a cada 2 anos (30 de Abril), o relatório de execução e progresso:
  - ☐ Metas e objetivos alcançados
  - ☐ Desvios verificados e medidas tomadas para sua correção

# SGCIE

## ☐ Controlo de execução e progresso do ARCE

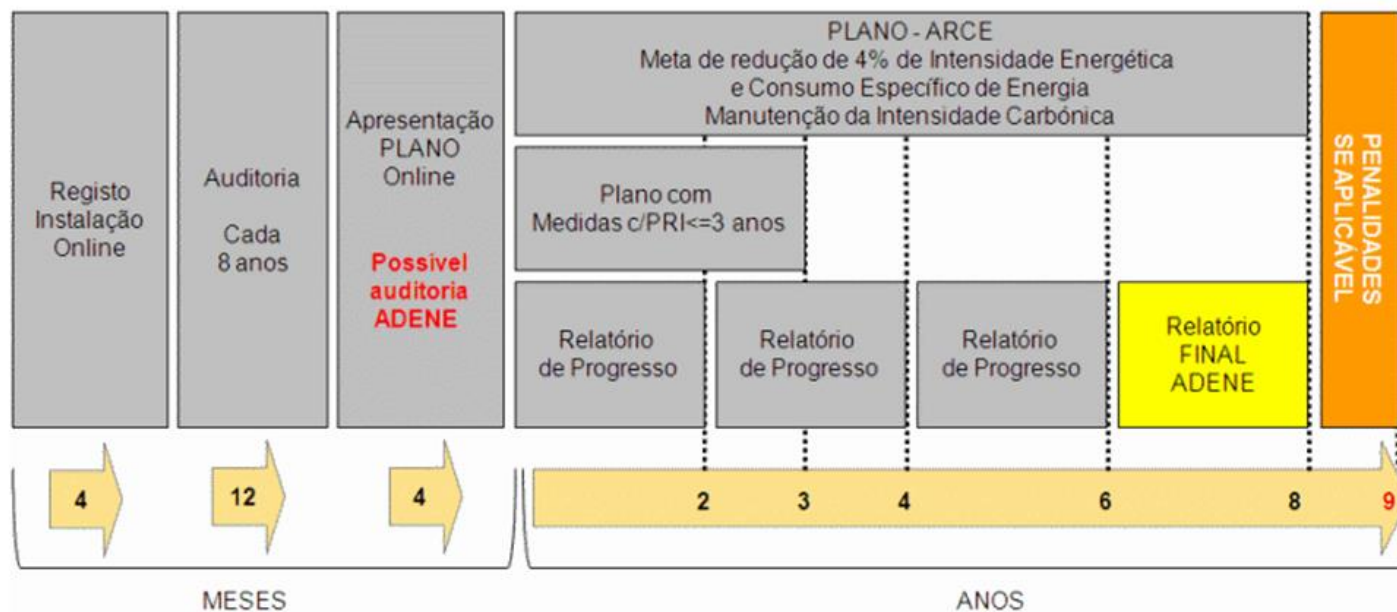
- ☐ O relatório relativo ao último período de vigência do ARCE, relatório final, deve incluir o balanço final da execução do mesmo. Este deve ser realizado por técnico ou entidade credenciados, escolhidos pela ADENE

## ☐ Taxas

- ☐ Apreciação e acompanhamento do PREn:
  - ☐ 350€, CIE < 1000 tep/ano;
  - ☐ 700€, CIE >= 1000 tep/ano
  - ☐ Agravamento de 50% de efetuada nova auditoria
- ☐ Credenciação de técnicos: 200€
- ☐ Credenciação de pessoas coletivas: 400€

# SGCIE

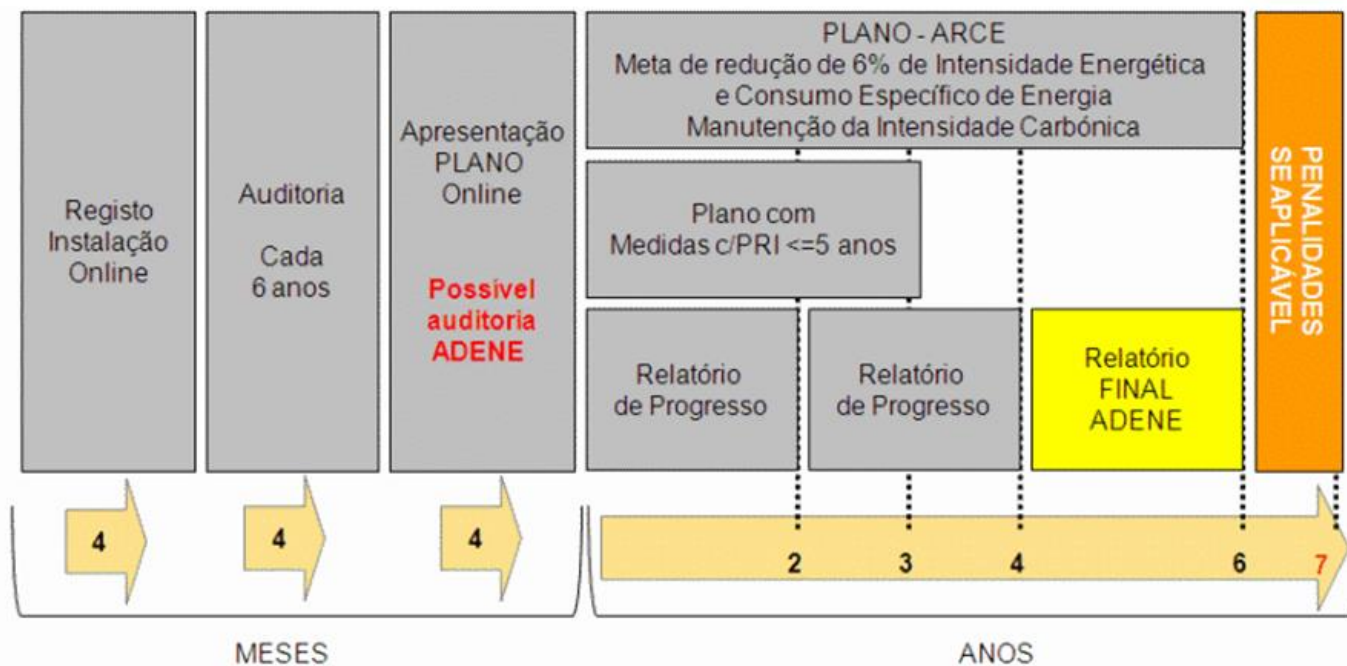
Síntese de aplicação para instalações com consumos de energia iguais ou superiores a 500 tep/ano



Instalação CIE

# SGCIE

Síntese de aplicação para instalações com consumos de energia iguais ou superiores a 1000 tep/ano



Instalação CIE

# SGCIE

- ❑ Reconhecimento de técnicos ou entidades (Portaria 519/2000)
  - ❑ Habilitação no domínio da Engenharia, reconhecida pela OE, ou Engenheiro Técnico reconhecida pela Ordem dos Engenheiros Técnicos, OET;
  - ❑ Experiência profissional adequada
    - ❑ Pelo menos 5 anos de prática em instalações CIE
    - ❑ Pelo menos 3 anos nas áreas de consultoria e auditoria energética
    - ❑ Pelo menos 2 anos nas áreas de consultoria e auditoria energética nos seguintes casos:
      - ❑ Curso de Engenharia reconhecida pela OE ou OET com especialização em Energia
      - ❑ Curso de Engenharia reconhecida pela OE ou OET que inclua disciplinas de AE ou de URE
      - ❑ Pós-Graduação em AE;
      - ❑ Tenha desenvolvido atividades de investigação ou docência universitária na área de AE e URE durante, pelo menos, 1 ano;
      - ❑ Grau de Mestre ou Doutor na área de AE e na URE

# SGCIE

## ☐ Incentivos

- ☐ O Operador de CIE abrangidas por uma ARCE beneficia dos seguintes estímulos e incentivo à promoção da eficiência energética:

- ☐ CIE  $\leq$  1000 tep/ano:

- ☐ Ressarcimento de 50% do custo das AE obrigatórias, até um limite de 750€ (na medida das disponibilidades do fundo de eficiência energética). Estas são recuperáveis a partir do relatório de execução e progresso que verifique a execução de, pelo menos, 50% das medidas previstas no ARCE;
- ☐ Ressarcimento de 25% dos investimentos realizados em equipamentos de Sistemas de Gestão e Monitorização de Energia, até um limite de 10 000€ (na medida das disponibilidades do fundo de eficiência energética)
- ☐ No caso de instalações que consumam apenas gás natural os valores anteriores são majorados em 15%;
- ☐ No caso de instalações que consumam apenas energias renováveis os valores anteriores são majorados em 25%;
- ☐ Isenção do ISP

## ☐ Penalidades

- ☐ O não cumprimento das metas ou não implementação das medidas definidas no ARCE e, no caso em que no ano posterior ao relatório final o Operador não recupere os desvios, implica:
  - ☐ Desvio  $\geq 25\%$   $\Rightarrow$  50€ por tep/ano não evitado (agravamento de 100% no caso de reincidência)
  - ☐ Desvio  $\geq 50\%$ :
    - ☐ Pagamento anteriormente referido;
    - ☐ Devolução de eventuais incentivos recebidos
- ☐ Os montantes relativos a penalidades são reembolsáveis em 75% desde que o Operador recupere no ano subsequente à aplicação da penalidade, os desvios que determinaram a aplicação das mesmas.



## ☐ Outros documentos de interesse

- ☐ Despacho nº 17313/2008: factores de conversão para tep
- ☐ Despacho nº 17449/2008: elementos a considerar na elaboração dos planos de racionalização de consumos de energia e nos relatórios de execução e progresso

# SGCIE

## Equivalências energéticas de referência

	Energia Eléctrica	1000 tep/ano	4.651.163 kWh
		500 tep/ano	2.325.581 kWh
	Fuelóleo	1000 tep/ano	1.016 t
		500 tep/ano	508 t
	Gás Natural	1000 tep/ano	928,5 t 1.104.837 Nm <sup>3</sup>
		500 tep/ano	464,25 t 552.419 Nm <sup>3</sup>
	Gás de Petróleo Liquefeito	1000 tep/ano	885 t
		500 tep/ano	442,5 t



+ Questões ?